

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO INSTITUÍDA  
PELA PREFEITURA DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG.**

Ref.: Tomada de Preço nº 005/2020 - Processo Licitatório nº 082/2020

**CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA.** (doravante designada simplesmente Recorrente), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 41.699.364/0001-99, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 3120689729-0, sediada em Lavras/MG, na Avenida Coronel Juventino Dias Teixeira, 1749A - Jardim Gloria, CEP: 37.200-000, vem, respeitosa e tempestivamente, nos termos do item 13.2 do edital<sup>1</sup>, apresentar

**RECURSO**

pelos fundamentos de fato e de direito expostos a seguir.

**I. CONTEXTO FÁTICO**

O Município de Conselheiro Lafaiete/MG instaurou o procedimento licitatório em epígrafe para a *“contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia e/ou arquitetura para execução da obra de restauração, requalificação e modernização das instalações da Casa de Cultura Gabriela Mendonça, no Município de Conselheiro Lafaiete”*.

Para tanto, foi realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, na forma presencial, do tipo técnica e preço, sob regime de empreitada por preço unitário. O valor máximo admitido pela Administração Pública Municipal foi de R\$ 2.557.425,80 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> 13.2. Os recursos administrativos deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, devidamente fundamentados e assinados por representante legal da Recorrente, dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, obedecendo-se os termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.

<sup>2</sup> 3.2. O valor máximo global admitido para a contratação é de R\$ 2.557.425,80 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos), conforme descrito na planilha constante do Anexo II.

Por ter expertise reconhecida no mercado, a Recorrente apresentou envelopes com a proposta de preço para a execução da obra e com todos os documentos exigidos para a habilitação.

No dia 05/10/2020, às 9h30min, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Conselheiro Lafaiete/MG, em sessão pública, realizou a abertura e julgamento das propostas de preços, com destaque para os seguintes trechos da ata:

(...)

*Por fim, a análise da documentação de qualificação técnica foi realizada pela Comissão Técnica de Avaliação, que, após exame dos documentos apresentados pelas licitantes, emitiu Relatório Técnico concluindo que as licitantes MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME); CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA E MARSOU ENGENHARIA EIRELI atenderam às exigências de qualificação técnica contidas no Edital. Lado outro, em relação às licitantes ARAUJO CORRELA ENGENHARIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO LTDA (ME), CANTARLA CONSERVAÇÃO E RESTAURO LTDA (ME) E VIOTTI EDIFICAÇÕES LTDA (EPP), a conclusão técnica foi no sentido de que esta deixou de atender a requisitos de habilitação previstos no Edital, conforme detalhado no Relatório anexado ao processo. Diante disso, considerando a análise dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, o Presidente da CPL declarou o seguinte resultado da fase de habilitação: Empresas Habilitadas: MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME); CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA E MARSOU ENGENHARIA EIRELI. Empresas Inabilitadas: CANTARLA CONSERVAÇÃO E RESTAURO LTDA (ME), ARAUJO CORRELA ENGENHARIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO LTDA (ME) E VIOTTI EDIFICAÇÕES LTDA (EPP). (...)*

*A licitante MARSOU ENGENHARIA EIRELI manifestou interesse de interpor recurso em relação à Habilitação das empresas MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME) E CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA. Considerando as manifestações recursais, e o não comparecimento em sessão de representante da empresa CANTARLA CONSERVAÇÃO E RESTAURO LTDA (ME), o Presidente da CPL determinou a notificação das licitantes acerca do resultado da fase de habilitação, aguardando-se o prazo recursal nos termos dos itens 13.1.1, alínea 'a', e 13.2, do Edital. Os envelopes de propostas técnica e comercial das empresas permanecerão no Setor de Licitações, devidamente lacrados. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por todos os participantes da presente sessão.*

(...)

RELATÓRIO TÉCNICO (...)

**CONCLUSÃO:**

*Diante disse, conclui-se que as empresas MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME), CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA, MARSOU ENGENHARIA EIRELI preencheram devidamente as exigências editalícias relativas à qualificação técnica.*



*Lado outro, as empresas VIOTTI EDIFICAÇÕES LTDA (EPP), ARAUJO CORREIA ENGENHARIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO LTDA (ME), CANTARIA CONSERVAÇÃO E RESTAURO LTDA (ME) encontram-se inaptas à habilitação, em relação à qualificação técnica, de acordo com as irregularidades acima apontadas.*

Já em 11/11/2020, o Presidente e a Comissão Permanente de Licitação reuniram-se em sessão pública e decidiram desclassificar as propostas de todos os licitantes previamente habilitados, incluindo a da Recorrente, em razão da atribuição de nota zero para a avaliação de profissionais de equipes técnicas das empresas, nos termos do item 8.3<sup>3</sup> do instrumento convocatório:

*Dando prosseguimento, as membras da Comissão Técnica de Avaliação procederam à análise das propostas técnicas das licitantes MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME), MARSOU ENGENHARIA EIRELI E CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA. Após exame dos documentos apresentados pelas licitantes, a Comissão Técnica de Avaliação emitiu Relatórios Técnicos de Análise concluindo que as propostas técnicas de todas as licitantes deixaram de atender a exigências contidas no Edital, conforme detalhado nos Relatórios anexados ao processo. Diante disso, a conclusão foi no sentido da reprovação das propostas técnicas, notadamente em virtude da obtenção de nota 0 (zero) para a avaliação de profissionais das Equipes Técnicas das empresas, nos termos do item 8.3, último parágrafo, do Edital. Diante disso, o Presidente da CPL declarou o seguinte resultado de julgamento de Propostas Técnicas: Empresas Desclassificadas: MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME); MARSOU ENGENHARIA EIRELI E CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA. Empresas Classificadas: Não houve. Foram as licitantes MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI – ME E MARSOU ENGENHARIA EIRELI, nas pessoas de seus representantes presentes, comunicadas acerca do resultado, tendo havido renúncia à interposição de recurso contra a decisão. Considerando o não comparecimento em sessão de representante*

<sup>3</sup> 8.3. Experiência da Equipe Técnica (Total = 30 pontos)

Na experiência da equipe técnica serão considerados os profissionais relacionados na equipe do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10 do Anexo I - Termo de Referência.

A comprovação da Capacitação dos Técnicos indicados para cada função se dará através de Certidões de Acervo Técnico fornecidas pelo CREA ou CAU, ou fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução de serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto desta licitação.

O técnico e a empresa licitante se responsabilizarão judicialmente pelas informações prestadas, e a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete se reserva o direito de efetuar diligências para averiguar a veracidade do informado em caso de dúvida.

A acumulação de função somente será admitida se no quadro "Utilização da Equipe por Serviço" no Plano de Trabalho, ficar demonstrado que a atuação do profissional se dará para o máximo de 8 (oito) horas diárias, não se permitindo menos de 2 (duas) horas por dia em cada item do escopo básico. Assim, não será admitido para um mesmo profissional, o acúmulo de mais de 4 (quatro) atividades durante a elaboração do projeto.

Na atribuição das notas, será observada a distribuição mostrada no quadro abaixo. No julgamento da equipe, serão consideradas a capacitação e experiência profissional dos técnicos. (...)

A obtenção de nota 0 (zero) para a avaliação de qualquer dos profissionais da Equipe Técnica desabilita o candidato a participar do presente certame.

da empresa **CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA**, o Presidente da CPL determinou a notificação da licitante acerca do resultado de julgamento de Propostas Técnicas, aguardando-se o prazo recursal nos termos dos itens 13.1.1, alínea 'b', e 13.2, do Edital. Registra-se, por fim, que após a preclusão do resultado de julgamento de Propostas Técnicas, a Comissão Permanente de Licitações deliberará acerca da eventual fixação do prazo a que se refere o art. 48, § 3º da Lei 8.666/93, notificando-se oportunamente os interessados via e-mail. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da CPL encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por todos os participantes da sessão.

Anexa à ata da sessão pública, foi enviado ainda o Relatório Técnico da Proposta, apresentando o seguinte teor:

#### **CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA**

##### **ITEM 8.2 PLANO DE TRABALHO**

O edital prevê em seu item 8.2 que o plano de trabalho deverá ser detalhado conforme item 8.1, descrevendo as atividades e o relacionamento entre ambas, relacionando também equipamentos, equipes e estrutura organizacional. A empresa apenas enumerou/pontuou os quesitos, não havendo explicação dos mesmos com a descrição das atividades, métodos e critérios a serem utilizados.

No item 8.2 não foram apresentados a concatenação das atividades. E mesmo que o organograma apresente a coerência da equipe técnica e prazos, não mencionou a utilização dos equipamentos.

##### **ITEM 8.3 EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA**

- CAT de direção ou condução de obra: Não foram identificadas CATs de Engenheiro ou Arquiteto discriminando terem desenvolvido atividades de Coordenador ou condução de obras, conforme exigência do edital. Para este quesito a empresa obteve a nota 0 (zero).
- CAT de execução de obra: Considerados 2 CATs de Olival Zica Pimentel nº 1420170000864, 1420170000897; 1 CAT de Maria Carmem Perillo 3084/97.
- Atestado Técnico de Segurança do Trabalho: Considerados 1 Atestado de Aluisio Francisco de Carvalho Júnior fornecido pela Construtora Junqueira & Souza. Atestados fornecidos em nome da própria empresa não foram aceitos conforme exposto no edital.
- CAT ou Atestado Especialista em Restauração: Considerados 1 Atestado de Kleumany de Melo Barboza fornecido pela empresa DUO Conservação e Restauro de Bens Culturais. Os demais atestados apresentados não constituem a comprovação de restauração de pinturas parietais e bens móveis. A declaração apresentada não foi aceita, visto que o Edital solicita CAT ou Atestado, apenas.

##### **ITEM 8.4 EXPERIÊNCIA DA EMPRESA**

- CAT da Empresa: Foram aceitos as CATs de nº: 664, 897, 9267, 6939/11, 3070/99 (Todas com atestado).

Os demais itens foram pontuados conforme o quadro de critérios de julgamento da proposta técnica.

Diante disso, conforme item 8.3 do Edital, a obtenção de nota 0 (zero) para a avaliação de qualquer dos profissionais da Equipe Técnica desabilita a Construtora Gomes Pimentel LTDA.



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2020**  
**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020**  
**TIPO: TÉCNICA E PREÇO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução da obra de restauração, requalificação e modernização das instalações da Casa de Cultura Gabriela Mendonça, no Município de Contagem (MG), conforme projetos, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

**EMPRESA:** CONSTRUTORA GALILEU TRANSPORTES LTDA

**QUADROS DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA, CONFORME EDITAL DE LICITAÇÃO**

<b>11.1. Conhecimento do problema (Total = 10 PONTOS)</b>			
Item	Descrição	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
1	Descrição da situação atual do bem, destacando-se o conhecimento sobre os problemas envolvidos.	12,00	10,0
2	Aspectos relevantes, como elementos potenciais a considerar para o desclassamento das atividades envolvidas na execução da obra de restauração e argumento geral da Casa de Cultura Gabriela Mendonça.	8,00	8,0
<b>TOTAL</b>		<b>20,00</b>	<b>18,0</b>
<b>11.2. Plano de Trabalho (Total = 30 PONTOS)</b>			
<b>B1 - Plano de Trabalho</b>			
Questão	Discriminação	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
1	Administração local	3,00	3,0
2	Metatização e Demobilização	1,00	0,0
3	Instalação da obra	1,00	0,0
4	Demolições e retiradas	1,00	1,0
5	Execução do Projeto Arquitetônico	1,00	0,0
6	Execução da Recuperação Estrutural	2,00	0,0
7	Execução das Instalações Elétricas	2,00	0,0
8	Execução das Instalações Hidro-sanitárias e Destino final de Esgoto	2,00	0,0
9	Execução das Instalações Telefônicas e Lógica	1,00	0,0
10	Execução das Instalações de Segurança e Combate a Incêndio e Pânico	1,00	0,0
11	Execução do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA	1,00	0,0
12	Execução das Instalações de Segurança Eletrônica e Vídeo-Monitoramento	1,00	0,0
13	Execução do Paisagismo	1,00	0,0
14	Restauração das intervenções artísticas e integradas e mobiliário	3,00	0,0
15	Limpeza final	1,00	0,0
<b>B2 - Utilização das Equipes por Serviço</b>			
Questão	Discriminação	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
1	Coordenação das atividades	2,00	0,0
2	Coerência da equipe técnica, equipamentos e prazos	4,00	0,0
<b>TOTAL</b>		<b>30,00</b>	<b>0,0</b>

<b>11.3. Experiência da Equipe Técnica (Total = 30 PONTOS)</b>			
Item	Descrição	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
<b>COORDENADOR</b>			
1	CAT de direção ou condução de obra de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	15	
2	CAT de direção ou condução de obra de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	10	
3	CAT de direção ou condução de obra de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	5	
<b>ENGENHEIRO OU ARQUITETO</b>			
4	CAT de execução de obra de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	6	
5	CAT de execução de obra de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	3	
6	CAT de execução de obra de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	1,5	
<b>PROFISSIONAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO</b>			
7	Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 3 ou mais execuções de obras de porte similar	3	
8	Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 2 execuções de obras de porte similar	2	
9	Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 1 execução de obra de porte similar	1	
<b>ESPECIALISTA EM RESTAURAÇÃO</b>			
10	CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica de execução de 3 ou mais obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	6	
11	CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica de execução de 2 obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	3	
12	CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica de execução de 1 obra para restauração de pinturas parietais e bens móveis	1,5	
<b>11.4. Experiência da Empresa (Total = 20 PONTOS)</b>			
Item	Descrição	NOTA MÁXIMA	NOTA EMPRESA
1	5 ou mais execuções de obras de restauração de edificação histórica	20	15
2	4 execuções de obras de restauração de edificação histórica	16	
3	3 execuções de obras de restauração de edificação histórica	12	
4	2 execuções de obras de restauração de edificação histórica	8	
5	1 execução de obra de restauração de edificação histórica	4	

**Nota Técnica:** A nota técnica será obtida através da seguinte expressão:

**NPT = CP + PT + EET + EE,** onde:

**NPT =** Nota da Proposta Técnica;

**CP =** Nota atribuída ao conhecimento do

**PT =** Nota atribuída ao plano de trabalho

**EE =** Nota atribuída à experiência da

**NOTA DA EMPRESA:**

**EET =** Nota atribuída à experiência da equipe

**EE =** Nota atribuída à experiência da empresa

**LICITANTE, [máximo 20 pontos].**

Ocorre que a desclassificação da proposta técnica da Recorrente não merece prosperar, como se demonstrará a seguir.

## II. TEMPESTIVIDADE

A Lei nº 8.666/93 dispõe que:

**Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:**

**I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:**

- a) habilitação ou inhabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;**
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

Por outro lado, o instrumento convocatório em epígrafe dispõe que:

*13.1. Será facultado à licitante, nos termos do art. 109 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores:*

*13.1.1. Interposição de recurso, nos seguintes casos:*

- a) da habilitação ou inhabilitação da licitante, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
- b) da classificação ou desclassificação das propostas, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação;**
- c) anulação ou revogação desta licitação, dirigido ao Chefe do Executivo Municipal;
- d) aplicação das penalidades de advertência ou multa, dirigido ao Chefe do Executivo Municipal.

*13.1.2. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, quando, da decisão referente ao julgamento da questão, não couber recurso hierárquico.*

**13.2. Os recursos administrativos deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, devidamente fundamentados e assinados por representante legal da Recorrente, dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, obedecendo-se os termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93.**

Em relação à contagem dos prazos, a Lei nº 8.666/93 prevê que:

*Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.*

No caso em questão, tanto a intimação do ato quanto a lavratura da ata ocorreram em 11/11/2020. Este recurso pode ser apresentado até o dia 18/11/2020 e, portanto, ele é tempestivo.



### III. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O princípio da competitividade é um dos princípios específicos da licitação e está contemplado no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal:

*Art. 37. (...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Em obediência a tal princípio, é vedada a imposição, no edital, de requisitos que extrapolem o mínimo necessário para o alcance do objetivo da contratação feita pela Administração Pública, que nada mais é do que o cumprimento das obrigações previstas no contrato administrativo a ser celebrado.

Nessa esteira, na busca pela proposta mais vantajosa para a Administração, não se pode admitir a existência de cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do procedimento, sendo o princípio em questão verdadeira matriz interpretativa das cláusulas do edital.

Grosso modo, quanto maior a competição, maior será a chance de se encontrar a melhor proposta para o ente contratante.

Nessa linha, a Lei nº 8.666/93 prevê:

*Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*§ 1º É vedado aos agentes públicos: (...)*

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991 (...).*

No mesmo sentido, a Lei nº 9.784/99, que regula os processos administrativos em âmbito federal e pode ser aplicada subsidiária ou analogicamente a todo e qualquer procedimento da Administração Pública, impõe:

*Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. (...)*

*VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público; (...)*

*VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados; (...).*

Por fim, na Lei nº 4.717/65, que regula a ação popular, lê-se:

*Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos. (...)*

*Art. 4º São também nulos os seguintes atos ou contratos, praticados ou celebrados por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no art. 1º. (...)*

*III - A empreitada, a tarefa e a concessão do serviço público, quando: (...)*

*b) no edital de concorrência forem incluídas cláusulas ou condições, que comprometam o seu caráter competitivo (...).*

Percebe-se, claramente, que a preservação do caráter competitivo da licitação é um dos princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro. Há, todavia, disposições no instrumento convocatório ora impugnado que restringiram, na prática, o caráter competitivo.

O edital em epígrafe exige que equipe técnica qualificada seja pertencente ao quadro técnico da Recorrente:

*7.3.3.3. Os profissionais que compõem a equipe técnica a ser apresentada para a execução da obra de restauração da Casa de Cultura Gabriela Mendonça, com as respectivas cartas de anuência e currículos comprobatórios, de acordo com cada especialidade, são: (...)*



<b>EQUIPE TÉCNICA</b>
<b>Arquiteto e Urbanista Restaurador ou Engenheiro (Coordenador):</b> Profissional de nível superior com experiência comprovada através de Certidão de Acervo Técnico – CAT/CREA ou CAU, em obras de porte e serviços similares. Ficará encarregado da coordenação, supervisão e gerenciamento de todos os serviços previstos para o bom desempenho da obra. Previsão de 20 (vinte) horas semanais.
<b>Arquiteto e Urbanista Restaurador ou Engenheiro:</b> Profissional de nível superior com experiência comprovada através de Certidão de Acervo Técnico – CAT/CREA ou CAU, em obras de porte e serviços similares, encarregado de acompanhar todo o desenrolar diário da obra em conjunto com o Responsável Técnico. Previsão de 20 (vinte) horas semanais.
<b>Profissional de Segurança do Trabalho:</b> Profissional de nível superior ou nível técnico registrado no respectivo Conselho de classe ou no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Ministério da Economia, a partir da Medida Provisória nº 870/2019, convertida na Lei nº 13.844/2019). Experiência comprovada através de atestados emitidos por pessoa jurídica pública ou privada em obras de porte similar. Ficará encarregado de determinar os adequados protocolos de segurança da obra. Previsão de 20 (vinte) horas semanais.
<b>Especialista em Restauração:</b> Profissional de nível superior com experiência comprovada através de Atestado emitido por pessoa jurídica, em obras de porte e serviços similares. Ficará encarregado de orientar as etapas de restauração das alvenarias de pau-a-pique nas quais foram identificados elementos artísticos aplicados. Previsão de 10 (dez) horas
semanais, durante quatro meses ou durante o período de restauração de restauração das alvenarias.

(...)

b) Os responsáveis técnicos e demais membros da equipe permanente e temporária deverá [sic] ser parte integrante do quadro da licitante, na condição de sócio, diretor ou empregado ou ainda possuir contrato de prestação de serviço, firmado entre as partes e com firmas reconhecidas ou fornecer uma declaração de inclusão do seu nome na equipe técnica para fins de participação neste certame licitatório, o que será aceito como comprovante de vínculo da empresa licitante com o referido profissional.

Já a experiência da equipe técnica é disciplinada no item 8.3:

### 8.3. Experiência da Equipe Técnica (Total = 30 pontos)

Na experiência da equipe técnica serão considerados os profissionais relacionados na equipe do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10 do Anexo I - Termo de Referência.

A comprovação da Capacitação dos Técnicos indicados para cada função se dará através de Certidões de Acervo Técnico fornecidas pelo CREA ou CAU, ou fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução de serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto desta licitação.

O técnico e a empresa licitante se responsabilizarão judicialmente pelas informações prestadas, e a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete se reserva o direito de efetuar diligências para averiguar a veracidade do informado em caso de dúvida.

A acumulação de função somente será admitida se no quadro "Utilização da Equipe por Serviço" no Plano de Trabalho, ficar demonstrado que a atuação do profissional se dará para o máximo de 8 (oito) horas diárias, não se permitindo menos de 2 (duas)

horas por dia em cada item do escopo básico. Assim, não será admitido para um mesmo profissional, o acúmulo de mais de 4 (quatro) atividades durante a elaboração do projeto. Na atribuição das notas, será observada a distribuição mostrada no quadro abaixo. No julgamento da equipe, serão consideradas a capacitação e experiência profissional dos técnicos.

**QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA O COORDENADOR** (conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10.1.3 do Anexo I – Termo de Referência):

DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- CAT de direção ou condução de obra de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	15
- CAT de direção ou condução de obra de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	10
- CAT de direção ou condução de obra de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	5
<b>TOTAL DE PONTOS PARA O COORDENADOR GERAL</b>	<b>15</b>

**QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA O ARQUITETO OU ENGENHEIRO** (conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10.1.3 do Anexo I – Termo de Referência):

DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- CAT de execução de obra de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	6
- CAT de execução de obra de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	3
- CAT de execução de obra de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	1,5
<b>TOTAL DE PONTOS</b>	<b>6</b>

**QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA O PROFISSIONAL EM SEGURANÇA DO TRABALHO** (conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10.1.3 do Anexo I – Termo de Referência):

DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 3 ou mais execuções de obras de porte similar	3
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 2 execuções de obras de porte similar	2
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 1 execução de obra de porte similar	1
<b>TOTAL DE PONTOS</b>	<b>3</b>

**QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA ESPECIALISTA EM RESTAURAÇÃO** (conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, 10.1.3 do Anexo I – Termo de Referência):



DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de execução de 3 ou mais obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	6
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de execução de 2 obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	3
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de execução de 1 obra para restauração de pinturas parietais e bens móveis	1,5
TOTAL DE PONTOS	6

*A obtenção de nota 0 (zero) para a avaliação de qualquer dos profissionais da Equipe Técnica desabilita o candidato a participar do presente certame.*

Nesse contexto, a Recorrente foi desclassificada por não apresentar Certidões de Acervo Técnico (CAT) de engenheiros e arquitetos que desenvolveram atividades de **direção ou condução de obras**, conforme exigência do edital.

Ocorre que tal justificativa não merece prosperar, visto que a **direção/condução** é uma atividade intrínseca à atuação de qualquer engenheiro em qualquer obra. Nenhum profissional de engenharia e/ou arquitetura executa, diretamente, uma obra; nenhum engenheiro ou arquiteto faz diretamente, por exemplo, instalações elétricas ou hidráulicas ou coloca um tijolo ou uma esquadria. Quem exerce tais funções é a equipe de pedreiros, serventes, empreiteiros e prestadores de serviços. Logo, na prática, a função básica e essencial de qualquer arquiteto e engenheiro será, sempre a **direção/fiscalização/condução** da obra, daí porque o CAT de execução de obra pode e deve ser aceito para atestar a capacidade técnica de **direção/condução** prevista no edital.

Em outras palavras, independentemente de na CAT estar descrita a tarefa de **direção/condução**, todo trabalho conduzido por um engenheiro envolve necessariamente tal tarefa. Afinal, é o engenheiro da obra quem conduz e coordena os trabalhos dos empregados e prestadores de serviço, como pedreiros, mestre de obra, serventes, empreiteiros, instaladores *etc.*

A Recorrente tem comprovada experiência em obras da mesma natureza da licitada e jamais foi desclassificada em qualquer certame pelo motivo que ora se impugna, haja vista ser, com o devido respeito, óbvio que a apresentação de CAT's de **execução de obra** por

parte engenheiros habilitados resulta na conclusão de que os mesmos engenheiros e arquitetos têm capacidade técnica para **direção, coordenação e condução da obra**.

Dessa forma, a exigência contida no instrumento convocatório comprometeu na prática o caráter competitivo do certame e, por isso, não merece prosperar.

Por outro lado, a experiência exigida pelo aludido item do edital em epígrafe para comprovação da capacitação técnico-operacional da equipe técnica também fere as normas basilares do direito administrativo brasileiro.

Isso porque o Tribunal de Contas da União entende que quantitativos mínimos podem ser exigidos, desde que não seja superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou do serviço:

*9.1. determinar à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina - SSPDC/SC que:*

*(...)*

*9.1.2. que em futuras licitações envolvendo recursos federais:*

*9.1.2.1. por ocasião da avaliação da qualificação técnico-operacional das empresas licitantes:*

*(...)*

*9.1.2.1.2. em relação à fixação dos quantitativos mínimos já executados, não estabeleça percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas para tal extrapolação deverão estar tecnicamente explicitadas, ou no processo licitatório, previamente ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93 (Acórdão 1.284/2003);*

---

*9.6. Determinar à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul/SC que, em futuras licitações envolvendo recursos federais:*

*(...)*

*9.6.1.2. não estabeleça percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93 (Acórdão 2.088/2004);*



Além disso, outros julgados do órgão permitem a exigência de quantitativos mínimos para qualificação técnica da proposta, desde que compatível com quantidades:

*O art. 30 da Lei 8.666, de 1993, e seu inciso II dizem, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. Para outras coisas, a capacidade para fazer uma não garante capacidade para fazer duas. Em abstrato, é lógico que a exigência de quantidade não pode superar a estimada na contratação, sendo aí evidente o abuso. (Acórdão 1.288/2002)*

---

*No que concerne à apresentação dos atestados, a jurisprudência desta Corte vem evoluindo no sentido de admitir que a comprovação da capacidade técnico-operacional possa ser feita mediante atestados, desde que a exigência guarde proporção com a dimensão e complexidade da obra e dos serviços a serem executados. (Acórdão 1.917/2003)*

---

Ocorre que no caso em questão, que se trata de “contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia e/ou arquitetura para execução da obra de restauração, requalificação e modernização das instalações da Casa de Cultura Gabriela Mendonça”, a Comissão Permanente de Licitação está aferindo a experiência de coordenadores, arquitetos, engenheiros e de especialistas em restauração de forma desproporcional ao entendimento do aludido órgão de controle, isto é, exigindo-se CAT de três ou mais execuções de obra para restauração de edificação histórica, o que não se pode admitir.

Finalmente, em relação ao plano de trabalho, conquanto a Recorrente tenha obtido nota zero em alguns subitens do documento (e não nele todo, registre-se), isso não constitui, segundo o edital, motivo para desclassificação, limitando-se tal previsão (desclassificação por nota zerada) à experiência da equipe técnica.



#### IV. EVENTUALMENTE: ABERTURA DE PRAZO (ART. 48, § 3º, LEI 8.666/93)

Eventualmente, no caso de não acolhimento das razões recursais, pugna-se pela abertura do prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação da nova documentação, nos termos do § 3º, 48,<sup>4</sup> da Lei nº 8.666/93.

#### V. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se a reforma da decisão de desclassificação da proposta Recorrente, declarando-a habilitada para o certame e considerando-se regular a proposta apresentada. Eventualmente, pede-se a abertura do prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação da nova documentação, nos termos do § 3º, 48, da Lei nº 8.666/93.

Nestes termos,

Pede deferimento.

De Lavras/MG para Conselheiro Lafaiete/MG, 17 de setembro de 2020.

  
CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA.

CNPJ nº 41.699.364/0001-99

Renato Zica Pimentel  
Construtora Gomes Pimentel Ltda.

<sup>4</sup> Art. 48. Serão desclassificadas: (...)

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

## COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº: 611/2020

CI

DATA: 23/11/2020

FL.:1/  
1

**DE:** Secretaria de Obras e Meio Ambiente

**PARA:** Comissão Permanente de Licitação  
Sr. Kildare Bittencourt Dutra

**ASSUNTO:** Resposta ao Recurso interposto pela Construtora Gomes Pimentel LTDA

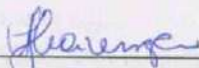
Prezado Sr. Kildare Bittencourt Dutra,

Em observância ao recurso interposto pela empresa Gomes Pimentel LTDA, em todo seu conteúdo, vimos esclarecer:

- Foi exigência do Edital a apresentação de CATS de Engenheiro Coordenador e Engenheiro/Arquiteto responsável pelas execuções, conforme item 8.3. Dessa forma, a exigência foi diferenciada, ou seja, há dois quadros para obtenção de notas: direção ou condução de obras para Engenheiro Coordenador e execução de obra para Arquiteto Restaurador ou Engenheiro.
- Há de se afirmar que, conforme outras empresas, as CAT'S de coordenação de obras foram apresentadas.
- Dessa forma, interpretamos que de acordo com o edital, estava claro a diferenciação dos documentos, já que se não fosse necessário, a formulação do edital deveria ter colocado apenas um tipo de CAT. Vimos também que, houveram licitantes que entregaram a documentação conforme o exposto em edital, não tendo a interpretação mencionada pelo participante em questão, ressalvados os documentos de não atendimento ao exigido conforme Relatório Técnico.
- Entretanto, tendo exposto a justificativa, e mantendo o princípio da igualdade na análise das documentações de todas as empresas, o item foi exigência de edital, e de acordo com o exposto por esta empresa, o não de acordo da mesma para este item deveria ter manifestado antes da data da licitação (durante a publicação do edital), ou seja, a mesma teve ciência de todas as exigências editalícias, não cabendo justificativa para a não apresentação da documentação.

Desta forma, mantemos os argumentos do Relatório Técnico. Permanecemos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

  
Comissão Técnica de Avaliação



Licitacao Lafaiete &lt;licita.lafaiete@gmail.com&gt;

---

**Recurso Administrativo TP 005/2020**

---

**Jordânia Amaral - MCR** <engenharia@mcrbh.com.br>

24 de novembro de 2020 14:10

Para: Licitacao Lafaiete &lt;licita.lafaiete@gmail.com&gt;

Cc: Paulo Monteiro - MCR &lt;gestaoadm@mcrbh.com.br&gt;, migueldiretoria@mcrbh.com.br

Prezados,

Boa tarde!

Segue anexo contrarrazões ao recurso.

Para quaisquer dúvidas, estarei à disposição.

Atenciosamente,

**Minas Construções e Restaurações****Jordânia Amaral**  
Departamento Técnico  
(31) 3318-0955

---

**De:** Licitacao Lafaiete [mailto:licita.lafaiete@gmail.com]**Enviada em:** quinta-feira, 19 de novembro de 2020 09:10**Para:** Jordânia Amaral - MCR; João Renato; Marsou Engenharia**Assunto:** Recurso Administrativo TP 005/2020

Prezados, bom dia!

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**contrarrazoes ao recurso 2.pdf**  
3323K



**Ilmo Sr. Presidente e demais membros da Comissão Permanente de  
Licitação da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de  
Conselheiro Lafaiete/MG**

Processo licitatório 082/2020  
Tomada de preços 05/2020  
Contrarrrazões ao Recurso apresentado por **CONSTRUTORA GOMES  
PIMENTEL LTDA**

**MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI - ME**,  
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no, CNPJ sob o n.º 05.047.662/0001-  
30, com sede na rua Atobás, n.º 157, Bairro /Alípio de Melo, CEP: 30830-650,  
Belo Horizonte/MG, aqui-representado por seu sócio **Miguel Assad Neto**,  
brasileiro, separado judicialmente, portador da CI n.º MG-1.475.448 SSP/MG,  
inscrito no CPF sob o n.º 328.213.016-34, bem como por seu procurador  
devidamente nomeado, vem, mui respeitosamente, apresentar a presente  
**CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA  
CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA**, conforme prevê o edital,  
pelos fatos e fundamentos que seguem.

**1 – DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme prevê o edital, encerrada a fase de habilitação ou  
julgamento das propostas, será concedido as partes o prazo de cindo dias para  
apresentar recurso, e prazo igual para os interessados contrarrazoar, com  
contagem iniciando no dia seguinte ao término do prazo para recurso.

Neste sentido, a parte foi intimada da interposição do recurso na sexta-  
feira dia 19/11/2020, iniciando no dia seguinte o prazo para apresentar a  
presente contrarrrazões, ou seja, 20/11/2019, sexta-feira, e tendo como marco  
final o dia 26/11/2019, quinta-feira, ficando evidente assim a tempestividade das  
contrarrrazões.

## **2 – OS FATOS**

As empresas recorrente e recorrida, juntamente com a empresa MARSOU ENGENHARIA EIRELI, todas anteriormente habilitadas, foram, no dia 11/11/2020 desabilitadas, pela CPL em decorrência da reprovação das propostas técnicas das empresas, em virtude da Nota 0(zero) para a avaliação dos profissionais das equipes técnicas das empresas.

Vale frisar que, na oportunidade, a empresa recorrente sequer compareceu na data da audiência, não se manifestando sobre a vontade de recurso.

Contudo, como veremos a seguir, o recurso apresentado não deve ser acolhido, mantendo assim a decisão de inabilitar a empresa recorrente, por não cumprir as exigências postas no edital e, consequentemente, inapta a continuar o processo licitatório.

## **3 – DOS FUNDAMENTOS**

Segundo o exposto na ata, bem como no recurso apresentado, a empresa recorrente foi inabilitada por ter sido reprovada em sua nota técnica, notadamente em virtude da nota 0 (zero) para a avaliação dos profissionais das equipes técnicas da empresa, nos termos do item 8.3, último parágrafo do Edital

Ora, conforme bem dito na ata de desabilitação, a empresa recorrente, de fato, não atendeu as exigências feitas no edital, razão pela qual a declaração de inabilidade é sem dúvida a única decisão que a Comissão poderia e deveria dar.

Assim, rebateremos os itens do recurso.

### **3.1. – RECURSO INTERPOSTO PELA RECORRENTE**

A recorrente alega em suas razões recursais, que as Certidões de Acervo Técnico não apresentadas, documentos estes que justificam a possível inabilitação, eram desnecessários, já que o fato da função de arquiteto ou engenheiro, por si só já demonstram sua capacidade técnica, além do mais refutam que tais profissionais não são responsáveis pela execução da obra, mas tão somente pela direção, fiscalização e orientação.



Acontece que o edital é claro e evidente, não tendo nenhuma razão a empresa recorrente. Os documentos são necessários, e a avaliação em sua plenitude deve ser acatada pela recorrente. Sua inabilitação foi seguramente a mais correta entre as 3 inabilitadas, e mesmo assim, foi a única que apresentou recurso, data venia, totalmente sem razão.

A parte recorrente busca a todo momento, justificar sua inabilitação nas contas da União e no princípio do melhor preço do certame, já que possivelmente acredita-se ter o melhor preço, mas razão não existe.

A CPL foi clara e objetiva em seus argumentos, inabilitando as empresas de forma correta, já que todas mantiveram a nota 0(zero) para a avaliação dos profissionais das equipes técnicas da empresa.

Vale frisar que questionar a forma de com que o Edital dispõe suas exigências é querer basicamente alterar as regras do jogo, até porque o Edital é quem faz lei entre as partes.

Neste sentido, há que se ressaltar que se a parte recorrente for habilitada pelos argumentos interpostos, todas as outras, inclusive a MINAS CONTRAÇÕES E RESTAURAÇÕES também deve ser habilitada, já que os argumentos que levaram a inabilitação de uma, é o mesmo de todas.

É certo que a comissão seguiu fielmente o que manda o Edital, inabilitando as empresas que não mantiveram bons resultados na avaliação técnica da CPL, já que não comprovaram com documentos, o merecimento de uma nota técnica superior, causando assim, a inabilitação de todas elas.

Sendo assim, por não cumprir fielmente o edital, em sua forma e no tempo, requer a Manutenção da decisão para inabilitar a empresa recorrente.

### **3 – DOS REQUERIMENTOS E DOS PEDIDOS**

Por todo exposto requer a empresa recorrida:

A) Seja recebida e analisada a presente contrarrazão de recurso;

B) Seja a empresa recorrente mantida como INABILITADA do presente processo licitatório, já que não cumpriram com o Edital, dando prosseguimento ao feito.

Nestes termos,  
respeitosamente,  
Pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2020.



*Rafael Rezende Castro Alves Barbosa*  
OAB/MG 144.677

**MIGUEL ASSAD** Assinado de forma digital  
por MIGUEL ASSAD  
**NETO:3282130** NETO:32821301634  
**1634** Dados: 2020.11.24  
13:08:44 -03'00'

**MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI – ME**  
CNPJ: 05.047.662/0001-30





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2020**  
**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020**

**DECISÃO**

**I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA, ora Recorrente, em relação ao resultado do julgamento das Propostas Técnicas do Processo Licitatório nº 082/2020, Tomada de Preços nº 005/2020, por meio do qual foi declarada a desclassificação das propostas das licitantes MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME), CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA e MARSOU ENGENHARIA EIRELI, conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 11/11/2020.

O inconformismo da Recorrente refere-se à decisão de desclassificação da sua proposta técnica, declarada com fulcro do item 8.3 do instrumento convocatório, haja vista a obtenção de nota 0 (zero) na avaliação do profissional "Coordenador" da Equipe Técnica, porquanto não apresentada pela licitante Certidão de Acervo Técnico – CAT comprovando experiência do profissional indicado em relação a atividades de direção ou condução de obras.

Alega que "(...) a direção/condução é uma atividade intrínseca à atuação de qualquer engenheiro em qualquer obra", salientando, em seguida, que "(...) independentemente de na CAT estar descrita a tarefa de direção/condução, todo trabalho conduzido por um engenheiro envolve necessariamente tal tarefa. Afinal, é o engenheiro da obra quem conduz e coordena os trabalhos dos empregados e prestadores de serviço, como pedreiros, mestres de obra, serventes, empreiteiros, instaladores etc".

Destarte, sustenta que "(...) a apresentação de CAT's de execução de obra por parte engenheiros habilitados resulta na conclusão de que os mesmos engenheiros e arquitetos têm capacidade técnica para direção, coordenação e condução de obra".

Noutro passo, aduz que a aferição da experiência de coordenadores, arquitetos, engenheiros e especialistas em restauração é desproporcional e contrária ao entendimento do Tribunal de Contas da União.

Por fim, em relação ao plano de trabalho, frisa que "(...) conquanto a Recorrente tenha obtido nota zero em alguns subitens do documento (e não nele todo, registra-se), isso não constitui, segundo o edital, motivo para a desclassificação, limitando-se tal previsão (desclassificação por nota zerada) à experiência da equipe técnica".

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a classificação da CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA, haja vista o atendimento integral aos requisitos afetos à proposta técnica. Subsidiariamente, requer a abertura do prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, nos termos do §3º, art. 48, da Lei nº8.666/93.

Comunicadas acerca da interposição do recurso, via e-mail, em 19/11/2020, 09:09h (quinta-feira), o prazo para contrarrazões – 05 (cinco) dias úteis – iniciou-se em





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

20/11/2020 (sexta-feira), vindo a findar-se em 26/11/2020 (quinta-feira), tendo a licitante MINAS CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES EIRELI (ME) apresentado contrarrazões, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso; decorreu o prazo sem manifestação por parte da licitante MARSOU ENGENHARIA EIREILI.

Pontua-se que a contraminuta recursal foi protocolizada via e-mail datado de 24/11/2020, 14:10h, meio de interposição não previsto no item 13.8 c/c 13.5 do Edital, sendo admitido seu recebimento, excepcionalmente, como corolário do direito de petição e dos princípios do contraditório e do formalismo moderado.

Instada a se pronunciar acerca do recurso, a Comissão Técnica de Avaliação nomeada pela Portaria nº 1.911/2020, responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas (item 11.14 do Edital), encaminhou à CPL manifestação acerca do mérito do recurso.

Em síntese, é o relatório.

#### II. Da admissibilidade

De acordo com o que se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 11/11/2020 (quarta-feira), com a divulgação do resultado da fase de julgamento das propostas técnicas no site do Município, e publicações no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação no dia 12/11/2020 (quinta-feira), sendo esta a data considerada para fins de intimação, considerando o disposto no §1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e que no ato em que foi adotada a decisão não se encontravam presentes representantes de todas as licitantes.

Por consequência, o prazo recursal – 05 (cinco) dias úteis, nos termos do subitem 13.2 do Edital e art. 109, inciso I, alínea 'b', da Lei nº 8.666/93 – iniciou-se em 13/11/2020 (sexta-feira), vindo a findar-se em 19/11/2020 (quinta-feira).

O recurso em apreço foi protocolizado no Setor de Licitações na data de 18/11/2020, 12:30h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

#### III. Do mérito recursal

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento às exigências contidas no item 8.3 do Edital (Experiência da Equipe Técnica) pela Recorrente, pertinentes à Proposta Técnica.

Dispõe o instrumento convocatório, em relação aos requisitos cujo atendimento é questionado:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**"8. ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA**

As empresas deverão apresentar no ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA, os documentos abaixo relacionados:

(...)

**8.3. Experiência da Equipe Técnica (Total = 30 pontos)**

Na experiência da equipe técnica serão considerados os profissionais relacionados na equipe do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10 do Anexo I - Termo de Referência.

A comprovação da Capacitação dos Técnicos indicados para cada função se dará através de Certidões de Acervo Técnico fornecidas pelo CREA ou CAU, ou fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução de serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto desta licitação.

O técnico e a empresa licitante se responsabilizarão judicialmente pelas informações prestadas, e a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete se reserva o direito de efetuar diligências para averiguar a veracidade do informado em caso de dúvida.

A acumulação de função somente será admitida se no quadro "Utilização da Equipe por Serviço" no Plano de Trabalho, ficar demonstrado que a atuação do profissional se dará para o máximo de 8 (oito) horas diárias, não se permitindo menos de 2 (duas) horas por dia em cada item do escopo básico. Assim, não será admitido para um mesmo profissional, o acúmulo de mais de 4 (quatro) atividades durante a elaboração do projeto.

Na atribuição das notas, será observada a distribuição mostrada no quadro abaixo. No julgamento da equipe, serão consideradas a capacitação e experiência profissional dos técnicos.

**QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA O COORDENADOR**  
**(conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10.1.3 do Anexo I –**  
**Termo de Referência):**

DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- <u>CAT de direção ou condução de obra</u> de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	15
- <u>CAT de direção ou condução de obra</u> de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	10
- <u>CAT de direção ou condução de obra</u> de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	5
TOTAL DE PONTOS PARA O COORDENADOR GERAL	15

**QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA O ARQUITETO OU ENGENHEIRO** (conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10.1.3 do Anexo I – Termo de Referência):



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
Comissão Permanente de Licitação

DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- CAT de execução de obra de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	6
- CAT de execução de obra de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	3
- CAT de execução de obra de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	1,5
TOTAL DE PONTOS	6

QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA O PROFISSIONAL EM SEGURANÇA DO TRABALHO (conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, item 10.1.3 do Anexo I – Termo de Referência):

DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 3 ou mais execuções de obras de porte similar	3
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 2 execuções de obras de porte similar	2
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 1 execução de obra de porte similar	1
TOTAL DE PONTOS	3

QUADRO PARA OBTENÇÃO DE NOTAS PARA ESPECIALISTA EM RESTAURAÇÃO (conforme quadro do item 7.3.3.3 deste Edital, 10.1.3 do Anexo I – Termo de Referência):

DISCRIMINAÇÃO	NOTA
Capacitação	
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de execução de 3 ou mais obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	6
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de execução de 2 obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	3
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de execução de 1 obra para restauração de pinturas parietais e bens móveis	1,5
TOTAL DE PONTOS	6

A obtenção de nota 0 (zero) para a avaliação de qualquer dos profissionais da Equipe Técnica desabilita o candidato a participar do presente certame. (destacamos)

Conforme consignado na ata da sessão pública, a conferência e análise das propostas técnicas foi realizada pela Comissão Técnica de Avaliação nomeada pela Portaria nº 1.911/2020, responsável pela análise e julgamento das documentações





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

técnicas (item 11.14 do Edital), que emitiu o Relatório Técnico anexado ao processo, concluindo, em relação à Recorrente, *in verbis*:

TP N° 005/2020

PROCESSO N° 082/2020

#### RELATÓRIO TÉCNICO PROPOSTA TÉCNICA

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia e/ou arquitetura para execução da obra de restauração, requalificação e modernização das instalações da Casa de Cultura Gabriela Mendonça, no Município de Conselheiro Lafaiete, conforme projetos, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

#### CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA

##### ITEM 8.2 PLANO DE TRABALHO

O edital prevê em seu item 8.2 que o plano de trabalho deverá ser detalhado conforme item 8.1, descrevendo as atividades e o relacionamento entre ambas, relacionando também equipamentos, equipes e estrutura organizacional. A empresa apenas enumerou/pontuou os quesitos, não havendo explicação dos mesmos com a descrição das atividades, métodos e critérios a serem utilizados.

No item 8.2 não foram apresentados a concatenação das atividades. E mesmo que o organograma apresente a coerência da equipe técnica e prazos, não mencionou a utilização dos equipamentos.

##### ITEM 8.3 EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA

- CAT de direção ou condução de obra: Não foram identificadas CATs de Engenheiro ou Arquiteto discriminando terem desenvolvido atividades de Coordenador ou condução de obras, conforme exigência do edital. Para este quesito a empresa obteve a nota 0 (zero).
- CAT de execução de obra: Considerados 2 CATs de Olival Zica Pimentel n° 1420170000664, 1420170000897; 1 CAT de Maria Carmem Perillo 3084/97.
- Atestado Técnico de Segurança do Trabalho: Considerados 1 Atestado de Aluisio Francisco de Carvalho Júnior fornecido pela Construtora Junqueira & Souza. Atestados fornecidos em nome da própria empresa não foram aceitos conforme exposto no edital.
- CAT ou Atestado Especialista em Restauração: Considerados 1 Atestado de Kleumany de Melo Barboza fornecido pela empresa DUO Conservação e Restauo de Bens Culturais. Os demais atestados apresentados não constituem a comprovação de restauração de pinturas parietais e bens móveis. A declaração apresentada não foi aceita, visto que o Edital solicita CAT ou Atestado, apenas.

##### ITEM 8.4 EXPERIÊNCIA DA EMPRESA

- CAT da Empresa: Foram aceitos as CATs de n°: 664, 897, 9267, 6939/11, 3070/09 (Todos com atestado).

Os demais itens foram pontuados conforme o quadro de critérios de julgamento da proposta técnica.

Diante disso, conforme Item 8.3 do Edital, a obtenção de nota 0 (zero) para a avaliação de qualquer dos profissionais da Equipe Técnica desabilita a Construtora Gomes Pimentel LTDA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2020  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2020  
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da obra de restauração, requalificação e modernização das instalações da Casa de Cultura Gabriela Mendonça, no Município de Conselheiro Lafaiete, conforme projetos, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

EMPRESA: CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA

QUADROS DE CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA, CONFORME EDITAL DE LICITAÇÃO

11.1. Conhecimento do problema (Total = 20 PONTOS)		
ITENS	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
1 Descrição da situação atual do bem, destacando-se o conhecimento sobre os problemas envolvidos.	12,00	12,0
2 Aspectos relevantes, como elementos potenciais a considerar para o desenvolvimento das atividades envolvidas na execução da obra de restauração e orçamento geral da Casa de Cultura Gabriela Mendonça.	8,00	8,0
TOTAL	20,00	20,0

11.2. Plano de Trabalho (Total = 30 PONTOS)

B1 - Plano de Trabalho

Quesito	Discriminação	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
1	Administração local	3,00	0,0
2	Mobilização e Desmobilização	1,00	0,0
3	Instalação da obra	1,00	0,0
4	Demolições e retiradas	1,00	0,0
5	Execução do Projeto Arquitetônico	3,00	0,0
6	Execução da Recuperação Estrutural	2,00	0,0
7	Execução das Instalações Elétricas	2,00	0,0
8	Execução das Instalações Hidrossanitárias e Destino Final de Esgoto	2,00	0,0
9	Execução das Instalações Telefônicas e Lógica	1,00	0,0
10	Execução das Instalações de Segurança e Combate a Incêndio e Pânico	1,00	0,0
11	Execução do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA	1,00	0,0
12	Execução das Instalações de Segurança Eletrônica e Vídeo-Monitoramento	1,00	0,0
13	Execução do Paisagístico	1,00	0,0
14	Restauração dos elementos artísticos e integrados e mobiliário	3,00	0,0
15	Limpeza geral	1,00	0,0

B2 - Utilização das Equipes por Serviço

Quesito	Discriminação	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
1	Concatornção das atividades	2,00	0,0
2	Coerência da Equipe técnica, equipamentos e prazos.	4,00	0,0
TOTAL		30,00	0,0





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

11.3. Experiência da Equipe Técnica (Total = 30 PONTOS)		
COORDENADOR	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
- CAT de direção ou condução de obra de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	15	
- CAT de direção ou condução de obra de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	10	
- CAT de direção ou condução de obra de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	5	
ENGENHEIRO OU ARQUITETO	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
- CAT de execução de obra de 3 ou mais execuções de obras para restauração de edificação histórica	6	6
- CAT de execução de obra de 2 execuções de obras para restauração de edificação histórica	3	
- CAT de execução de obra de 1 execução de obra para restauração de edificação histórica	1,5	
PROFISSIONAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 3 ou mais execuções de obras de porte similar	3	
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 2 execuções de obras de porte similar	2	
- Atestado emitido por pessoa jurídica pública ou privada de 1 execução de obra de porte similar	1	1
ESPECIALISTA EM RESTAURAÇÃO	Pontuação (Nota Máx)	Nota da Empresa
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica de execução de 3 ou mais obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	6	
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica de execução de 2 obras para restauração de pinturas parietais e bens móveis	3	
- CAT ou Atestado emitido por pessoa jurídica de execução de 1 obra para restauração de pinturas parietais e bens móveis	1,5	1,5

11.4. Experiência da Empresa (Total = 20 PONTOS)		
ATIVIDADES DA EMPRESA	NOTA MÁXIMA	NOTA EMPRESA
5 ou mais execuções de obras de restauração de edificação histórica	20	20
4 execuções de obras de restauração de edificação histórica	16	
3 execuções de obras de restauração de edificação histórica	12	
2 execuções de obras de restauração de edificação histórica	8	
1 execução de obra de restauração de edificação histórica	4	

Nota Técnica - A nota técnica será obtida através da seguinte expressão:

$NPT = CP + PT + EET + EE$ , onde:

NPT = Nota da Proposta Técnica;  
CP = Nota atribuída ao conhecimento do problema (máximo 20 pontos);  
PT = Nota atribuída ao plano de trabalho (máximo 30 pontos);

EET = Nota atribuída à experiência da equipe técnica LICITANTE (máximo 30 pontos);  
EE = Nota atribuída à experiência da empresa LICITANTE; (máximo 20 pontos);

NOTA DA EMPRESA: \_\_\_\_\_  
Conselheiro Lafaiete, 10 de novembro de 2010.

Amanda Guimarães Alvarenga      Andreia Noronha de Almeida Resende      Ana Luiza de Assis Rezende  
Membros da Comissão Trina responsável por essa análise



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

Pois bem.

Diante das alegações recursais, a Comissão Técnica de Avaliação nomeada pela Portaria nº 1.911/2020, responsável pela análise da documentação técnica do processo licitatório, pronunciou-se no seguinte sentido:

*"Em observância ao recurso interposto pela empresa Gomes Pimentel LTDA, em todo seu conteúdo, vimos esclarecer:*

- Foi exigência do Edital a apresentação de CATS de Engenheiro Coordenador e Engenheiro/Arquiteto responsável pelas execuções, conforme item 8.3. Dessa forma, a exigência foi diferenciada, ou seja, há dois quadros para obtenção de notas: direção ou condução de obras para Engenheiro Coordenador e execução de obra para Arquiteto Restaurador ou Engenheiro.*
- Há de se afirmar que, conforme outras empresas, as CAT'S de coordenação de obras foram apresentadas.*
- Dessa forma, interpretamos que de acordo com o edital, estava claro a diferenciação dos documentos, já que se não fosse necessário, a formulação do edital deveria ter colocado apenas um tipo de CAT. Vimos também que, houveram licitantes que entregaram a documentação conforme o exposto em edital, não tendo a interpretação mencionada pelo participante em questão, ressalvados os documentos de não atendimento ao exigido conforme Relatório Técnico.*
- Entretanto, tendo exposto a justificativa, e mantendo o princípio da igualdade na análise das documentações de todas as empresas, o item foi exigência de edital, e de acordo com o exposto por esta empresa, o não de acordo da mesma para este item deveria ter manifestado antes da data da licitação (durante a publicação do edital), ou seja, a mesma teve ciência de todas às exigências editalícias, não cabendo justificativa para a não apresentação da documentação.*

*Desta forma, mantemos os argumentos do Relatório Técnico. Permanecemos à disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários."*

A Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, expedida pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, "Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia".

Extrai-se da aludida Resolução, Seção II, a atribuição de atividades profissionais dos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea, *in verbis*:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

*"Art. 5º Aos profissionais registrados nos Creas são atribuídas as atividades profissionais estipuladas nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescidas das atividades profissionais previstas nas resoluções do Confea, em vigor, que dispõem sobre o assunto.*

*§ 1º Para efeito de fiscalização do exercício profissional dos profissionais registrados nos Creas, ficam designadas as seguintes atividades profissionais:*

*Atividade 01 – Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica.*

*Atividade 02 – Coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, detalhamento, dimensionamento e especificação.*

*Atividade 03 – Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental.*

*Atividade 04 – Assistência, assessoria, consultoria.*

***Atividade 05 – Direção de obra** ou serviço técnico.*

*Atividade 06 – Vistoria, perícia, inspeção, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem.*

*Atividade 07 – Desempenho de cargo ou função técnica.*

*Atividade 08 – Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão.*

*Atividade 09 – Elaboração de orçamento.*

*Atividade 10 – Padronização, mensuração, controle de qualidade.*

***Atividade 11 – Execução de obra** ou serviço técnico.*

*Atividade 12 – Fiscalização de obra ou serviço técnico.*

*Atividade 13 – Produção técnica e especializada.*

*Atividade 14 – Condução de serviço técnico.*

*Atividade 15 – Condução de equipe de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.*

*Atividade 16 – Execução de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.*

*Atividade 17 – Operação, manutenção de equipamento ou instalação.*

*Atividade 18 – Execução de desenho técnico."*

As definições das atividades designadas no art. 5º supratranscrito encontram-se no glossário constante do Anexo I da Resolução, donde se observa as seguintes conceituações para as atividades de direção e execução de obras:

***"Direção – atividade técnica de determinar, comandar e essencialmente decidir durante a consecução de obra ou serviço."***

***"Execução – atividade em que o profissional, por conta própria ou a serviço de terceiros, realiza trabalho técnico ou científico visando à materialização do que é previsto nos projetos de um serviço ou obra."** (destacamos)*

Conforme verificado, a despeito de ambas atividades se tratarem de competências dos profissionais do Sistema Confea/Crea, os trabalhos relativos a direção de obra e a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

execução de obra não se confundem, cuidando-se de atribuições distintas, inclusive para fins de fiscalização.

Por seu turno, com a implantação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, criado a partir da Lei Federal nº 12.378/2010, coube a esse diploma legislativo regulamentar o exercício da Arquitetura e Urbanismo.

Nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 12.378/2010, as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em:

- I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;*
- II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;*
- III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;*
- IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;*
- V - direção de obras** e de serviço técnico;
- VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;*
- VII - desempenho de cargo e função técnica;*
- VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;*
- IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;*
- X - elaboração de orçamento;*
- XI - produção e divulgação técnica especializada; e*
- XII - **execução**, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.” (destacamos)*

Na esteira da legislação, a Resolução nº 21, de 05 de abril de 2012, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, “que dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências”, define direção de obras (inciso V, art. 2º) e execução de obras (inciso XII, art. 2º) como atividades dissociadas.

Tanto assim que, a rigor do disposto no art. 3º da Resolução supracitada, para fins de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), tais atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas são representadas no Sistema de Informação e Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) através das seguintes atividades:

- **Direção de obra:**

- “3. GESTÃO

- (...)

- 3.3. DIREÇÃO OU CONDUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.”**

- (destacamos)

- **Execução de obra:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**"2. EXECUÇÃO**

**2.1. ARQUITETURA DAS EDIFICAÇÕES**

2.1.1. Execução de obra;

(...)

**2.4. ARQUITETURA DE INTERIORES**

2.4.1. Execução de obra de interiores;

(...)

**2.6. ARQUITETURA PAISAGÍSTICA**

2.6.1. Execução de obra de arquitetura paisagística;

(...)

**2.7. URBANISMO E DESENHO URBANO**

2.7.1. Execução de obra urbanística;

2.7.2. Execução de obra de parcelamento do solo mediante loteamento;

2.7.3. Execução de obra de parcelamento do solo mediante desmembramento ou remembramento;

(...)

**2.8. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS REFERENTES AO URBANISMO**

(...)

2.8.4. Execução de obra de sinalização viária;

(...)

**2.9. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO**

(...)

2.9.1.1. Execução de obra de preservação do patrimônio edificado;

2.9.1.2. Execução de obra de consolidação;

2.9.1.3. Execução de obra de estabilização;

2.9.1.4. Execução de obra de reutilização;

2.9.1.5. Execução de obra de requalificação;

2.9.1.6. Execução de obra de conversão funcional;

2.9.1.7. Execução de obra de restauração;

2.9.1.8. Execução de obra de conservação preventiva;

(...)

2.9.2.1. Execução de obra urbanística setorial;

2.9.2.2. Execução de obra de requalificação de espaços públicos;

2.9.2.3. Execução de obra de requalificação habitacional;

2.9.2.4. Execução de obra de reciclagem da infraestrutura;

(...)

2.9.3.1. Execução de obra de restauração paisagística;"

Destarte, ao influxo de tais disposições, não prospera o raciocínio formulado no bojo das razões recursais, sendo evidente a distinção e a não equivalência entre as atividades de **direção** e **execução** de obras, tanto em relação aos profissionais do Sistema Confea/Crea, quanto aos arquitetos e urbanistas registrados perante o CAU/BR.

Em detida análise do quadro para obtenção de notas para o profissional "Coordenador" (item 8.3 do Edital), verifica-se que o instrumento convocatório previu expressamente, para fins de pontuação, a apresentação de **"CAT de direção ou condução de obra"** de execução de obras para restauração de edificação histórica.

Noutro passo, o instrumento convocatório também dispôs de forma cristalina acerca das consequências da não apresentação da documentação. Vejamos:

*"A obtenção de nota 0 (zero) para a avaliação de qualquer dos profissionais da Equipe Técnica desabilita o candidato a participar do presente certame."*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

Por meio da conferência e análise das propostas técnicas realizada pela Comissão Técnica de Avaliação nomeada pela Portaria nº 1.911/2020, restou constatado que a licitante CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA não apresentou Certidão de Acervo Técnico - CAT que comprovasse a experiência dos profissionais indicados na especialidade direção de obra.

Diante disso, considerando os critérios de pontuação estabelecidos, revela-se escoreita a atribuição de nota 0 (zero) na avaliação do profissional "Coordenador" e, consequentemente, a desclassificação da proposta técnica da licitante CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA, com fulcro no item 8.3, último parágrafo, do Edital.

Vale anotar que a Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Oportuno salientar, em linhas derradeiras, que assiste razão à Recorrente ao aduzir que a obtenção de notas 0 (zero) em determinados quesitos do plano de trabalho





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

(item 8.2 do Edital, não foi motivo que, por si só, acarretou a desclassificação da proposta técnica.

Lado outro, não assiste razão à Recorrente ao argumentar que o instrumento convocatório contemplou exigência desproporcional e em desconformidade com o entendimento do TCU, consistente na apresentação de CAT's relativas a 3 (três) ou mais execuções de obra para restauração de edificação histórica. Conforme explícito, o número de CAT's correlaciona-se com os critérios de pontuação previstos no instrumento convocatório, sendo que bastaria a apresentação de uma única CAT por profissional – observada, obviamente, a especialidade exigida – para fins de classificação da proposta.

Em suma: encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por não padecer de qualquer ilicitude as exigências estampadas no 8.3 do Edital, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação no tocante à decisão que desclassificou a Recorrente.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a desclassificação da Recorrente na fase de proposta técnica.


Pontua-se, finalmente, que a aplicação do prazo a que alude o art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93, pressupõe a preclusão do resultado do julgamento da fase de proposta técnica, e será objeto de deliberação oportunamente, após a decisão do recurso pela Autoridade Superior, nos termos do art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93.


**IV. Conclusão**

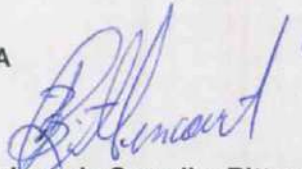
Diante de todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:

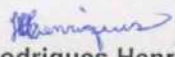
- a) **Conhecer** do recurso interposto por CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão que declarou a desclassificação da Recorrente no julgamento da proposta técnica.
- b) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.


Conselheiro Lafaiete/MG, 27 de novembro de 2020.

  
**KILDARE BITTENCOURT DUTRA**  
Presidente da CPL

  
**Kenia Beraldo de Carvalho Xavier**  
Membro CPL

  
**Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt**  
Membro CPL

  
**Douglas Rodrigues Henriques**  
Membro CPL

  
**Alisson Dias Laureano**  
Membro CPL




## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2020  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

Vistos, etc.

Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, considerando o recurso interposto pela licitante CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA, e a manutenção da decisão recorrida pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, encaminho ao Exmo. Prefeito Municipal os presentes autos, referentes ao Processo Licitatório nº 082/2020, Modalidade: Tomada de Preços nº 005/2020, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia e/ou arquitetura para execução da obra de restauração, requalificação e modernização das instalações da Casa de Cultura Gabriela Mendonça, no Município de Conselheiro Lafaiete, conforme projetos, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital, para análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta pela Autoridade Superior.**

Conselheiro Lafaiete/MG, 27 de novembro de 2020.

  
KILDARE BITTENCOURT DUTRA  
Presidente da CPL





## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2020

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia e/ou arquitetura para execução da obra de restauração, requalificação e modernização das instalações da Casa de Cultura Gabriela Mendonça, no Município de Conselheiro Lafaiete, conforme projetos, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

### DECISÃO


**CONSIDERANDO** os fundamentos apresentados na decisão elaborada pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 1.572/2019, relativamente ao recurso interposto pela licitante CONSTRUTORA GOMES PIMENTEL LTDA;

#### DECIDO:

**Negar provimento** ao recurso interposto, em conformidade com a fundamentação exposta pela Comissão Permanente de Licitação e, por consequência, ratificar integralmente a decisão proferida pela CPL, nos moldes constantes do processo licitatório.

Publique-se.

Conselheiro Lafaiete/MG, 27 de novembro de 2020.

  
MÁRIO MARCUS LEÃO DUTRA  
Prefeito